



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL  
FACULDADE DE PEDAGOGIA

SUZANNY DE FREITAS COSTA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA E ESTUDOS PÓS-COLONIAIS**

CASTANHAL  
2022

SUZANNY DE FREITAS COSTA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA E ESTUDOS PÓS-COLONIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Pedagogia, do Campus Universitário de Castanhal, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado(a) em Pedagogia.

Orientador(a): Profa. Dra. Ivana de Oliveira Gomes e Silva

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

C837e Costa, Suzanny de Freitas.  
Educação Ambiental na Amazônia e Estudos Pós-coloniais /  
Suzanny de Freitas Costa. — 2022.  
52 f.

Orientador(a): Prof<sup>a</sup>. Dra. Ivana de Oliveira Gomes E Silva  
Silva  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade  
Federal do Pará, Campus Universitário de Castanhal, Faculdade  
de Pedagogia, Castanhal, 2022.

1. Ensino. 2. Meio ambiente. 3. Amazônia. I. Título.

CDD 370.811

---

SUZANNY DE FREITAS COSTA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA E ESTUDOS PÓS-COLONIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Pedagogia, do Campus Universitário de Castanhal, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado(a) em Pedagogia.

Data da aprovação: 19 / 12 / 2022

Conceito: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Ivana de Oliveira Gomes e Silva  
Orientadora- UFPA

---

Profa. Dra. Geise do Socorro Lima Gomes  
Examinadora Interna- UFPA

---

Prof. Dr. Madison Rocha Ribeiro  
Examinador Interno- UFPA

Aos meus pais e ao meu irmão por todo o incentivo e ajuda para que isto se tornasse possível.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradecer a Deus pelo dom da vida e por ter me guiado até este momento, a ele toda a honra e glória.

Agradecer a intercessão de Nossa Senhora de Nazaré, pela graça de cursar minha graduação na universidade que mais queria.

À Proex e ao edital Pibex que me permitiram fundos para a realização desta pesquisa.

À minha orientadora, profa. Ivana da Silva por todos os ensinamentos, pela paciência e pelos conselhos. E a todos os professores que passaram pela minha vida acadêmica.

À esta grande instituição, a Universidade Federal do Pará, toda gratidão pelos conhecimentos adquiridos.

À toda a minha família, em especial aos meus pais Luzenilda e Sidney e ao meu irmão Leonardo que me apoiaram e permaneceram ao meu lado ao longo dessa jornada acadêmica e na vida, sempre me encorajando a estudar e a não desistir dos meus sonhos e principalmente a lutar por eles, a vocês três eu sou extremamente grata.

A minhas amigas e companheiras Carla Costa, Erika Magalhães, Francisca Gabrielly, Gilmara Silva e Raiane Santos, por todo amor, carinho, cuidado e paciência para comigo, pela hospedagem em suas casas quando foi necessário e pela companhia nessa jornada acadêmica, por torná-la mais leve, com risadas fáceis.

Aos meus amigos de longa data que desde o início desta jornada estiveram presente de alguma forma, me incentivando, muito obrigada.

E a todos aqueles que de uma forma direta ou indiretamente contribuíram para que isso se tornasse possível. A todos e a todas meus mais sinceros agradecimentos.

“Todos nós trazemos escritas em nossos corpos, as histórias de outras gentes que nos antecedeu.” (DANIEL MUNDURUKU, 2019)

## RESUMO

Esta pesquisa teve como propósito revelar a importância da educação ambiental no cotidiano da sociedade atual e nos contextos escolares. Revelando diversos conceitos acerca da educação ambiental juntamente aos estudos pós-coloniais, buscando desta forma estratégias de abordagens acerca das reflexões entorno do meio ambiente para com os alunos. Dessa forma, foi realizado uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, onde houve o levantamento de diversas obras de importantes autores que retratam a educação ambiental bem como os estudos pós-coloniais. E a partir das observações, realizou-se algumas considerações sobre o papel da educação ambiental na preservação não somente ambiental, mas também cultural, onde os estudos pós-coloniais levantam a discussão da valorização local, onde é possível notar que a realidade local se apresenta como um fator fundamental, pois este estudo local, ou seja, daquilo que é mais próximo se eleva com olhares para o mundo, obtendo assim mudanças na realidade. A partir de tais informações, foi possível realizar-se uma reflexão sobre a importância de se trabalhar o meio ambiente utilizando situações próxima a realidade dos indivíduos, pois isso proporciona maior participação destes que se sente envolvidos no processo, se tornando ativos na sociedade.

**PALAVRAS-CHAVES:** Ensino. Meio ambiente. Amazônia.

## **ABSTRACT**

This research had as its purpose to reveal the importance of environmental education in the daily life of today's society and in school contexts. Revealing several concepts about environmental education together with postcolonial studies, thus seeking strategies of approaches about the reflections surrounding the environment for students. Thus, a qualitative bibliographic research was carried out, where several works of important authors portraying environmental education as well as postcolonial studies were surveyed. And from the observations, some considerations were made about the role of environmental education in the preservation not only of environmental, but also cultural, where postcolonial studies raise the discussion of local valorization, where it is possible to notice that the local reality is a fundamental factor, because this local study, that is, of what is closest rises with looks to the world, thus achieving changes in reality. From this information, it was possible to reflect on the importance of working the environment using situations close to the reality of individuals, because this provides greater participation of those who feel involved in the process, becoming active in society.

**KEYWORDS:** Teaching. Environment. Amazon.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA	Agência Nacional de Águas
CNUDS	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
COP	Conferência das Partes
EA	Educação Ambiental
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONU	Organização das Nações Unidas
PNMA	Programa nacional do meio ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza
UFs	Unidades Federativas
UNEP	United Nations Environment Program.
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNFCCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre mudanças do clima

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONTEXTOS E ALGUNS CONCEITOS .....</b>	<b>16</b>
<b>3</b>	<b>OS ESTUDOS PÓS-COLONIAS: CONCEITOS E DIÁLOGOS COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL .....</b>	<b>26</b>
<b>3.1</b>	<b>A IGREJA E SEU DIÁLOGO SOBRE PRESERVAÇÃO E MUDANÇAS AMBIENTAIS .....</b>	<b>32</b>
<b>4</b>	<b>QUESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL: TRAJETÓRIA E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO .....</b>	<b>36</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>45</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>47</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Nas perspectivas atuais o olhar acerca da relação natureza-homem se mostra em alguns aspectos complexa, devido a isso são necessários diversos diálogos que abrangem toda a comunidade global, com seus variados contextos sociais. A questão ambiental vem tomando lugar de destaque nas pautas governamentais, protagonizando fortes discussões com implementação de ações nos projetos políticos, direcionando o zelo e proteção a casa comum, nos diversos aspectos.

O meio ambiente faz parte do contexto social de todo ser humano, seja qual for, é algo que diz respeito sobre onde este ser está inserido na sociedade, daí percebe-se a relação da natureza para com os diversos aspectos da vida humana, nos seus mais variados setores. O entendimento sobre meio ambiente, assim sendo, pode ser entendido como uma manifestação do desenvolvimento desse indivíduo em diversos níveis, isto é, exercer uma emancipação, uma transformação.

As concepções acerca da Educação Ambiental vêm adquirindo, ao longo dos anos, um considerável nível de investigação, uma crescente presença entre as diversas áreas e linhas de pesquisa do campo da educação. Além disso, a dimensão ambiental configura-se como um fator mobilizador, atribuído ao seu poder de partilhar, agregar com diferentes atores e atrizes os mais diferentes contextos e ações com princípios éticos e humanistas numa perspectiva que transcende fronteiras. (TRISTÃO, 2004)

A educação é entendida como uma forte ferramenta de intervenção no mundo, além de ser um instrumento de construção do conhecimento seja ele formal ou informal, dentro das escolas ou não, mas que possui significado quando realizado de maneira libertadora. Nesse sentido tem-se uma educação que estimula o senso crítico, e métodos que tragam as discussões de forma realista, interagindo com o ambiente local, assim despertando o interesse dos alunos.

Para Freire (1967, p. 109),

Descobriria que tanto é cultura o boneco de barro feito pelos artistas, seus irmãos do povo, como cultura também é a obra de um grande escultor, de um grande pintor, de um grande místico, ou de um pensador. Que cultura é a poesia dos poetas letrados de seu País, como também a poesia de seu cancionista popular. Que cultura é toda criação humana. (FREIRE, 1967, p. 109).

O pós-colonialismo, segundo Tristão (2016 apud SANTOS 2008) pode ser entendido através de duas concepções: a de um período histórico, que seria após a independência das colônias; e a segunda que considera um conjunto de práticas e de discursos que desconstruem

toda a narrativa desenvolvida pelos colonizadores, substituindo-a pelas narrativas dos colonizados. Nesse sentido o pós-colonialismo traz a discussão sobre educação ambiental quando questiona a relação de poder desarmônica existente, criadas pelos colonizadores, como a questão da ocupação da terra, a espoliação e a exploração da natureza e os efeitos suscitados pelos impactos socioambientais.

Esses estudos possuem uma perspectiva que tende a enfatizar o hibridismo, o sincretismo, as temporalidades multidimensionais, ou seja, enfatiza a inexistência de quaisquer tipos de essencialismos e absolutismos culturais, desde o alvorecer do processo de colonização (PORTELA JUNIOR, 2015, p. 79). Analisando além da relação de poder desigual no que diz respeito ao meio ambiental adentrando na relações culturais. Trazendo dessa forma, o contexto local, tendo a valorização do ser dentro do seu ambiente, não realizando distinções entre culturas, visto que todas são validas, e possuem forte relação com o ambiente estabelecido, é necessário haver a visão das comunidades perante o meio ambiente, uma vez que esta realidade é vivenciada por tais.

Para Bonnici (1998, p. 9):

A crítica pós-colonialista é enfocada, no contexto atual, como uma abordagem alternativa para compreender o imperialismo e suas influências, como um fenômeno mundial e, em menor grau, como um fenômeno localizado. Esta abordagem envolve: um constante questionamento sobre as relações entre a cultura e o imperialismo para a compreensão da política e da cultura.

Dessa maneira, é possível observar que os estudos pós-coloniais se apresentam de diversas maneiras, nos mais variados contextos, que se diferem da educação tradicional, trazendo a realidade do indivíduo como perspectiva para leitura de mundo, para interpretar as questões globais

A Educação Ambiental, é importante ressaltar que, ela não se apresenta como uma disciplina formal dentro currículo, tanto nas escolas quanto nas universidades. A EA adota uma postura transdisciplinar, isto é, pode e deve ser relacionada com as demais disciplinas, fazendo um intercurso, uma vez que várias disciplinas, ou seja, que integram um determinado conhecimento colaborem visando a necessidade da resolução dos problemas, visando um bem comum.

A escolha pelo tema educação ambiental e estudos pós-coloniais, se justifica mediante a participação no projeto de extensão Educação Ambiental na Amazônia, que teve seu início no ano de 2021, com o objetivo de apresentar aos educandos temas da educação ambiental nas diferentes escalas, priorizando a Amazônia como ponto de partida para a “leitura do mundo”,

buscando a promoção da inclusão e da equidade socioambiental, por meio da educação ambiental.

O projeto desenvolveu monitorias a partir do entendimento de que aprender a ler o mundo é um dos objetivos centrais na educação básica, por consequência na educação essa leitura deveria esta aprimorada, uma vez que a leitura é uma condição necessária para formar sujeitos autônomos e conscientes, entende-se que a cidadania de forma mais ampla, implica compreender o espaço vivido, suas características e problemas. Tais conhecimentos são cruciais para o desenvolvimento de sujeitos capazes de analisar e transformar a realidade na qual estão inseridos.

Em vista disso, a escolha desse tema e por considerá-lo de grande relevância social, advém de analisar e compreender a relação do ser humano para com a natureza, e entender que esta relação se desenvolve de diversas maneiras, como exemplo a questão cultural, daí o uso dos estudos pós-coloniais que possuem em seus escritos esta narrativa de emancipação e valorização, conceitos que se integram a Educação Ambiental, no estudo do local, na preservação. Mostrar implicitamente para as graduandas/os do curso de pedagogia, que a educação ambiental juntamente com os estudos pós-coloniais pode proporcionar perspectivas impactantes de transformação na atuação quanto professor na educação básica, isto é, nas áreas na qual a pedagoga/o pode atuar, nesse caso, a pesquisa tem como questão-problema: Como a Educação Ambiental e as perspectivas dos estudos pós-coloniais dentro da sala de aula contribuem na valorização da realidade local dos alunos?

Para além a pesquisa tem como objetivo geral refletir sobre a educação ambiental e as perspectivas que esses estudos pós colonialistas proporcionam, a partir de leituras sobre o histórico e conceitos de ambos na construção do diálogo de valorização, viabilizando a leitura e a prática de estratégias de desenvolvimento que possam reforçar a identidade local.

Além disto, os objetivos específicos consistem em:

- Discutir a educação ambiental, assim como, o seu surgimento enquanto pauta de discussão global e alguns de seus conceitos.
- Refletir sobre os conceitos dos estudos pós-coloniais, quais são seus ideias, e como tais perspectivas dialogam com a questão ambiental.
- Analisar a trajetória sobre as questões ambientais no Brasil desde a ECO-92 até os acontecimentos recentes, trazendo uma perspectiva de como utilizar a educação ambiental como parte fundamental de propagação de preservação.

Sabe-se que a pesquisa é um elemento importante no trabalho, pois é o processo que descreve o percurso metodológico abordado ao longo do estudo. Para Lakatos e Marconi

(2003, p. 155) pesquisa é “um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

Nessa conjunção o trabalho se caracteriza como qualitativo do tipo bibliográfico,

a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem. (AUGUSTO. C. A, 2013 apud DENZIN e LINCOLN 2006)

A pesquisa bibliográfica que se constitui na realização de leituras de livros, artigos científicos, teses, dissertações, anuários, revistas, periódicos, leis e outros tipos de fontes escritas já publicados. Leituras que levem a profundidade do estudo, permitindo um maior suporte e carga de conhecimento, visto que a pesquisa visa um estudo teórico, observando a visão de diversos autores. O uso da pesquisa bibliográfica está inserido principalmente no meio acadêmico e possibilita ao pesquisador aprimorar e atualizar o conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas, permitindo conhecer melhor o fenômeno em estudo.

Severino (2015, p. 122) relata,

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

Esta monografia seguiu o passo descrito acima, em primeira instância, foram investigados livros e outros escritos que pudessem respaldar a pesquisa, buscando o tema Educação Ambiental, Estudos pós-coloniais, e a trajetória ambiental no Brasil. Após todas as leituras, foi realizada uma análise qualitativa, buscando compreender como o tema se aplica na realidade, como ele está inserido.

Dessa forma, em sua organização, o trabalho segue estruturado a partir desta introdução. No capítulo intitulado Educação Ambiental: contextos e alguns diálogos faz-se uma fundamentação sobre o processo histórico, para assim obter uma compreensão sobre o percurso na qual a educação ambiental passou ao longo dos anos, além disso será abordado os conceitos relacionados a Educação Ambiental.

O capítulo nomeado Estudos pós-coloniais: conceitos e diálogos com a Educação Ambiental, que discorrerá sobre o seu conceito, fazendo uma análise sobre o seu uso no discurso ambiental, na questão da valorização do ser, enquanto cultural, local. Dentro desse

capítulo apresenta-se um subtema, voltado para a perspectiva da igreja enquanto uma instituição de renome, nos diálogos que propagam a valorização, a preservação.

No capítulo sob o título *Questões Ambientais no Brasil: trajetória e perspectivas para o futuro* discursam sobre como esse tema vem sendo discutido desde a Eco 92 até os dias atuais, dentro das comunidades, das escolas e universidades, atentando-se para as ações tomadas para a preservação ambiental.

Ademais, tem-se as “Considerações Finais” e por fim as “Referências Bibliográficas” que deram suporte para a realização da pesquisa.

## 2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONTEXTOS E ALGUNS CONCEITOS

A princípio, esta sessão, apresenta o contexto histórico da EA, de como ela surgiu dentro das discussões sociais, apresentados fatos históricos que marcaram essa temática, autores que discursam e apontam conceitos sobre o meio ambiente juntamente a Educação Ambiental.

A relação natureza-homem possui um histórico antigo, desde a antiguidade, onde os povos antigos utilizavam-se das provisões naturais para suas atividades. Durante o período de colonização houve uma intensa exploração e a população não possuía conhecimento de que os recursos que tiravam da natureza eram finitos. E com o grande avanço tecnológico, impulsionado pela revolução industrial no séc. XVIII se intensificou ainda mais a falta de preocupação para com o meio ambiente (SOARES, NAVARRO; FERREIRA, 2004).

É de suma importância ressaltar o século XX, pois foi um período de grandes marcos histórico e tecnológicos, que trouxeram diversas novidades/modernidade para a sociedade, entre elas destacam-se a questão industrial, a dita revolução industrial maçante no período da década de 1960, onde a questão ambiental iniciou sua trajetória.

No início da década de 1960, os problemas ambientais já mostravam indícios da irracionalidade do modelo econômico instaurado, entretanto ainda não se falava em Educação Ambiental. É bom memorar que, especificamente, durante a metade do século XX que os desastres socioambientais se tornaram de tal maneira alarmantes, e geraram muito medo entre as sociedades e, talvez por este fato, inspiraram as novas visões sobre um "desenvolvimento sustentável" e sobre a "educação ambiental", entendida como um processo que ultrapassa a mera transmissão de conhecimentos, mexendo com o jeito de ser das pessoas.

Foi no ano de 1962, que Rachel Carson, bióloga marinha, ambientalista e escritora estadunidense, escreveu um livro que marcaria toda uma geração e estudo, o livro "Primavera Silenciosa" alertou o mundo para o impacto ambiental acerca e fertilizantes e pesticidas, fazendo com que uma comissão presidencial, endossados por suas descobertas, ajudou a moldar uma crescente consciência ambiental. Devido a esta obra, é considerada pioneira no que diz respeito aos movimentos ambientalistas modernos.

Com as amostras reveladas pelo livro, as sociedades passaram a olhar o meio ambiente em outra perspectiva, de uma visão infinita para uma mais regrada, estabelecendo limites, tendo entendimento de que os recursos naturais são finitos, isto é, não estarão dispostos para

o uso infinito. Iniciou-se uma visão onde o que ganha importância é a preocupação com o bem-estar também daqueles que irão nascer.

não há dúvida de que o longo estágio de transição pelo qual nós e nossos filhos teremos de passar deverá impor um grande peso sobre nossa coragem moral e exigirá grande controle. A legislação, a atuação das forças policiais e dos tribunais serão necessárias para fortalecer esse controle. (LAGO, 2013, p.27 apud ROWLAND, 1973).

Porém, foi somente em março de 1965, na Conferência de Educação da Universidade de Keele, na Inglaterra, que pela primeira vez a expressão Educação Ambiental foi colocada, com a recomendação de que ela deveria se tornar uma parte essencial de educação de todos os cidadãos. No ano de 1968, mais uma vez na Inglaterra, foi criado o Conselho para Educação Ambiental, reunindo mais de cinquenta organizações voltadas para temas de educação e meio ambiente. Além disso, pelo menos mais seis países europeus (Dinamarca, Finlândia, França, Islândia, Noruega e Suécia) emitiram deliberações oficiais a respeito da introdução da educação ambiental no currículo escolar.

Isso evidencia que o caminho inicial pela qual a EA percorreu, foi (e ainda é até os dias atuais) cheio de reviravoltas e estratégias lentas, de fato a questão ambiental surgiu na sociedade mediante a uma descoberta de mal uso dos recursos naturais, mas fazendo um balanço, sempre houve esse desequilíbrio, a relação natureza x homem, desde o início foi conturbada, com muitos percalços.

Devido as movimentações ambientalistas realizadas durante a década de 1960, a Organizações das Nações Unidas (ONU), realizou A Conferência da Nações Unidas sobre o meio ambiente realizada entre os dias 5 e 16 de junho de 1972 em Estocolmo, capital a Suécia. Foi um marco mundial, onde diversas nações se reuniram para discutir a questão ambiental planetária, atraiu 113 países, que assumiram um compromisso de trabalhar as questões ambientais no campo da educação, visando tanto as gerações jovens, como os adultos, culminando em uma conduta responsável dos indivíduos, das empresas e das comunidades, se inspirando no sentido de responsabilidade e proteção do meio ambiente em toda a sua dimensão humana. A Conferência de Estocolmo como ficou conhecida possui uma grande importância, pois desde então, 5 de junho tornou-se o Dia Mundial do Meio Ambiente.

Dentro da Conferência de Estocolmo foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, que tem como objetivo proporcionar liderança e encorajar parcerias com foco na proteção do meio ambiente, buscando inspirar, informar e permitir que

países e indivíduos melhorem a qualidade de vida ao seu redor, sem comprometer o futuro das próximas gerações. O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) tem sido a principal autoridade global que determina a agenda ambiental, promove a implementação coerente da dimensão ambiental do desenvolvimento sustentável no Sistema das Nações Unidas e serve como autoridade defensora do meio ambiente no mundo. (UNEP)

A partir do momento em que se realizou a Conferência de Estocolmo, trouxe à tona o meio ambiente como uma questão educacional, daí surge o termo Educação Ambiental, um tema relativamente novo dentro do currículo escolar, e no próprio cotidiano da sociedade. O olhar voltado para o meio ambiente se intensificou, os debates aumentaram, o caminhar da questão ambiental começou a se desenvolver principalmente no campo educacional.

Após vinte anos, no ano de 1992, ocorreu a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) – a Rio 92 – onde se assinam as Convenções sobre Diversidade Biológica e Mudança Climática, e a Declaração de Princípios sobre Florestas. Esta Conferência assume um papel importante, pois nela ocorreu uma maior adesão de países, foram 172 países presentes, trazendo ao Rio de Janeiro 108 Chefes de Estado ou de Governo, o que representa um número significativo, pois possibilita um maior diálogo, propostas e comprometerimentos, em um sentido amplo, para os muitos especialistas, esta Conferência se consolidou, pois apresentou uma agenda global para o meio ambiente.

Esta agenda, a chamada Agenda 21 Global, comprometia as nações signatárias a adotar métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Refletindo sobre, é possível notar que esse instrumento de comprometimento internacional voltado para o desenvolvimento sustentável, foi considerado um marco para as instituições governamentais de todo o mundo. Entretanto é importante frisar que esta interligação entre o desenvolvimento socioeconômico e as transformações ocorrente no meio ambiente, fazendo uma reflexão, foram durante décadas ignoradas, todavia, depois de muitas objeções e a própria realidade na qual o globo se inseria entrou no discurso oficial da maioria dos governos mundiais.

É importante destacar este evento, uma vez que ocorreu no Brasil, território que abriga a maior floresta tropical do globo, foi importante ter os olhares focados nesse bioma, uma que a Conferência realizada no Rio de Janeiro consagrou o conceito de desenvolvimento sustentável e contribuiu para a mais ampla conscientização de que os danos ao ambiente eram majoritariamente de responsabilidade dos países desenvolvidos. (LAGO, 2013, p. 14 – 15).

Sobre a Educação Ambiental, existem diversas perspectivas acerca, os conceitos são múltiplos, pois envolvem questões sociais, isto é, adentra as camadas sociais, e suas realidades. Desse modo, o território é compreendido como espaço formado por distintos atores sociais, organizado socialmente para além da atuação do Estado.

Para aprimorar o diálogo, se faz necessário entender o conceito de Educação Ambiental, porém, em primeiro lugar é preciso verificar o que significa educar. Da origem da palavra, depreende-se o seguinte: educar vem de *educere*, palavra latina que significa "conduzir para fora".

Educar, por conseguinte, não significa apenas instruir alguém sobre alguma coisa, transmitir-lhe conhecimentos específicos e capacitá-lo ou formá-lo para exercer uma atividade determinada. Educar vai além disto, significa levar alguém a potencializar esse conhecimento, assumir a condição de sujeito do ato de conhecer, despertar como uma pessoa livre, capaz de solidarizar-se com os outros. É um processo permanente, significativo e não apenas um produto. Mais do ensinar algo a alguém, é despertar neste ser o como pensar e agir.

É, portanto, um processo interativo, compartilhado, onde o educador guia o educando, lhe proporcionando fontes de informação, ajudando-o a descobrir e utilizar tais instrumentos de análises sejam eles teóricos ou práticos, despertando-lhe o interesse pela participação e pelos valores sociais, lhes incentivando para uma ação que leva à solução dos problemas (SEARA FILHO, 1987).

Em segundo lugar, é preciso delinear a visão de ambiente. Usualmente, o ambiente é concebido de modo estático, como o lugar onde as coisas acontecem, e deles se dissocia o homem. A análise global acerca do meio ambiente não pode dissociar as interações sociais das interações naturais, pois os fenômenos aí estudados estão em interação dinâmica e permanente. Daí o fato, de o conceito de meio ambiente ser muito complexo.

Em suma, tal conceito, abarca a totalidade do planeta e os elementos que o compõem, sejam eles físicos, químicos e biológicos, tais naturais quanto artificiais, orgânicos quanto inorgânicos, nos diferentes níveis de evolução, até o seres humanos e suas formas de organização na sociedade, onde se há uma rede de inter-relações coexistentes entre estes elementos, que se encontram em uma estreita interdependência e influência recíproca (SEARA FILHO, 1987).

Dentro dessa perspectiva, definiu-se educação Ambiental, segundo o Congresso de Belgrado, promovido pela UNESCO em 1975, como sendo um processo que visa:

(...) formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e com os problemas que lhe dizem respeito, uma população que tenha os conhecimentos, as competências, o estado de espírito, as motivações e o sentido de participação e engajamento que lhe permita trabalhar individualmente e coletivamente para resolver os problemas atuais e impedir que se repitam (...). (citado por SEARA FILHO, G. 1987).

A educação ambiental é, portanto, um processo permanente e participativo, onde o indivíduo pode explicitar valores, instruções sobre problemas específicos que estejam relacionados com a gestão do meio ambiente, contribuindo para a formação de conceitos e aprendizagens de competências que motivem uma conduta de defesa, preservação e melhoria do ambiente na qual este indivíduo está inserido.

Em suma, a educação ambiental deve ter como objetivo levar o homem a viver em harmonia com a natureza, ocorrendo sempre a participação pela participação de todos os cidadãos na solução de problemas relacionados a questão ambiental, o que expressa entender o ambiente, o processo dinâmico que existe entre os ecossistemas naturais e os sistemas sociais, assim culminando em preocupações reais, quanto ao gerenciamento racional dos recursos naturais; destino das gerações futuras e sobrevivência da espécie humana (SEARA FILHO, 1987).

No Capítulo 36 da Agenda 21, a Educação Ambiental é definida como o processo que busca:

(...) desenvolver uma população que seja consciente e preocupada com o meio ambiente e com os problemas que lhes são associados. Uma população que tenha conhecimentos, habilidades, atitudes, motivações e compromissos para trabalhar, individual e coletivamente, na busca de soluções para os problemas existentes e para a prevenção dos novos (...). (CNUMAD, 1992, p. 292)

Dessa forma, Sato e Passos (2003), evidenciam que a EA visa proporcionar a transformação de valores, atitudes e conhecimentos acerca de práticas cotidianas do ser humano que causam impactos ou desequilíbrios ambientais. Assim sendo, propõe-se que a Educação Ambiental seja um processo de formação, processo este que deve relacionar-se com a realidade na qual este ser humano está estabelecido, pois os problemas ambientais se manifestam em nível local. Em muitos casos os próprios residentes de um determinado local são os causadores e vítimas de parte dos problemas ambientais, por isso são as pessoas que possuem maiores condições de diagnosticar a situação, pois convivem diariamente com o problema, e provavelmente são os mais interessados em resolvê-los.

Nesse contexto, é preciso se discutir a respeito da relação ser humano-mundo, este tema, recorrente nas obras literárias de Paulo Freire, que busca compreender a realidade que

aquele individuo se insere, não é somente constatar o que se passa no cotidiano, mas sim como essa relação se desenvolve, quais os agentes, as causas, o andamento do processo. Em outras palavras, esta relação ser humano-mundo, é o que liga a Pedagogia de Paulo Freire à Educação Ambiental.

O ser humano é um ser histórico e inacabado, incluso, que está sempre se fazendo relações com mundo e com os outros. E que esta consciência de inacabamento lhe possibilita a educabilidade, permitindo ir além de si mesmo. (FREIRE, 2020b). Com isso Paulo Freire apresenta da mesma forma o mundo como inacabado, pois é nele que se realizam histórias, se constroem relações, isto é, todas as ações do homem podem humanizar ou desumanizar o mundo, daí esta relação tão intensa.

Essa concepção possibilita uma educação voltada para a construção de um sentimento de pertencimento ao mundo e uma compreensão de um mundo organizado dinamicamente, onde está inserido o desenvolvimento de uma consciência ecológica, que não somente identifica a problemática, mas realiza uma reflexão sobre alternativas sustentáveis para o ambiente de vida como um todo. Como já mencionado, Freire (2020b), discute a concepção de ser humano inacabado, e nesse ponto, enfoca na busca de ser mais humano, isto é, visa uma educação permanente e que por meio dessa indivíduo tome consciência do mundo ao seu redor, mundo este que como o autor especifica também é inacabado, ou seja, está em constante transformação

As colocações apresentadas por Freire, são fundamentais para uma Educação Ambiental, uma vez que a mesma parte da construção de uma consciência cidadã individual e coletiva em prol da sustentabilidade do mundo local-global, o que exige do processo educativo uma práxis dialógica. A Educação Ambiental, é uma dimensão educativa crítica, que possibilita a formação de cidadãos conscientes de seu papel no território, buscando através de metodologias interdisciplinares e multireferenciais que viabilize refletir sobre a complexidade da realidade ambiente, do contexto dos educandos e da escola, para a construção de ações locais sem perder de vista os acontecimentos globais. Isso envolve a participação dos indivíduos, e participação implica incluir, ativa e democraticamente, a população local em todas as fases do processo, da discussão do problema, do diagnóstico da situação e na solução de tais problemas.

[...] deve ser entendido como essência da educação, como prática da liberdade, como ato de humildade do sujeito frente a outros sujeitos, pois não há diálogo, se não houver humildade [...] não é só um encontro de dois sujeitos que buscam o

significado das coisas, o saber, mas uma relação que se consolida na práxis social transformadora. (FREIRE, 2020b, p. 107).

A Educação Ambiental é uma das ferramentas existentes para a sensibilização e capacitação da população em geral sobre os problemas ambientais. Com ela, busca-se desenvolver técnicas e métodos que facilitem o processo de tomada de consciência sobre a gravidade dos problemas ambientais e a necessidade urgente de estudar seriamente sobre eles.

Para que a Educação Ambiental atinja suas finalidades, é necessário que esta seja trabalhada de forma mais dinâmica, abrangente e real, tanto no nível da cidadania, da ética e da racionalidade do homem-social moderno, como também, no nível de escola, de educação formal e não-formal, na formação de um cidadão com consciência ambiental cidadã, capacitado para intervir de forma responsável nas questões ambientais.

Becker (2005) fala sobre a questão ambiental em um contexto geopolítico, que se trata de um campo de conhecimento que analisa relações entre poder e espaço geográfico. A autora entende que o território é formado pelas relações de poder existentes entre diferentes atores sociais, isto é, existe uma interdependência entre os órgãos do Estado, sejam eles agentes sociais organizados, corporações, organizações religiosas, movimento sociais etc., todos possuem sua importância dentro da gestão estatal.

A autora reflete que o território é compreendido como espaço formado por distintos atores sociais, organizados socialmente para além da atuação do Estado, e que esses atores estão envolvidos, se relacionando no cotidiano, entre si e com o próprio território. Ela traz a geopolítica como revalorização do espaço geográfico, e pauta-se nos condicionantes das transformações ocorridas ao longo dos anos, também sinaliza a necessidade de estabelecer novas relações com a natureza, redefinindo estilos de vida e organização dos territórios nacionais.

A sua reflexão sobre a realidade territorial da Amazônia, a sua dimensão e as relações desenvolvidas dentro da região trazem um questionamento, onde ela identificava que o saber geográfico era a oportunidade para entender as combinações entre as diversas variáveis no território. Sua geografia política apresenta a Amazônia em toda a sua complexidade, revelando-a como exemplo dos desafios enormes para a gestão sustentável do território.

Amazônia como uma grande unidade de conservação, a grande mancha verde a ser preservada para a "saúde" do planeta (BECKER, 2004), o que implica essa percepção é a preocupação com o desflorestamento e seus efeitos sobre o clima planetário, bem como a

perda de biodiversidade. Segundo a autora essas percepções se dão devido a dois fatores, os culturais e econômicos, para além, ela determina que a prática da geopolítica mostra a valorização da natureza evidenciando a importância da riqueza localizada na região.

Analisando os escritos de Bertha Becker, é possível notar um teor geográfico-político, visto que a autora retrata temas relacionados a políticas públicas que devem ser realizadas no território amazônico, seu ponto central de estudo, revelando uma múltipla faceta amazônica, isto é, existem diversas Amazônias, realidades que merecem ser estabelecidas, além do fato, de que este bioma passou por diversas transformações ao longo dos anos, principalmente no processo de ocupação entre as décadas de 1970 e início de 1980. A tecnologia muito discutida pela mesma, revela ser um elemento de mudança na percepção do espaço, onde a autora diz que essas posturas variam de acordo com os interesses humanos.

Com isso é possível associar a EA, na questão da revalorização do espaço local, mas não somente isso, revalorização cultural e ambiental, objetivar perspectivas que tragam um bem-estar para o ecossistema juntamente com a realidade local dos povos.

A análise ambiental perpassa por diversas discussões, uma delas relaciona-se a questões epistemológicas. A palavra epistemologia vem dos termos gregos episteme, que significa conhecimento, e logia, que significa estudo, é conhecida como filosofia da ciência. Referenciando-se a este campo de estudo, Tristão (2005), analisa a EA em três dimensões, a dimensão ética (a solidariedade), a dimensão política (a participação) e a dimensão estética (o reencantamento ou contemplação).

É notável observar a análise feita pela autora, que em seus escritos busca considerar essas dimensões, mas não de maneira absoluta, pois ela revela que tais dimensões se articulam, e são abrangentes, isto é, em suas interseções abrem espaços para diversos campos de estudos e saberes fora do estudo ambiental. Mas o que é interessante perceber, é a reflexão proposta, de uma análise da EA em construção, priorizando as potencialidades epistemológicas em sua narrativa para restabelecer as energias emancipatórias do conhecimento que a modernidade colonizou e deixou transformar em conhecimento-regulação.

Para Tristão (2005), a Educação Ambiental movimenta-se num discurso de valorização da solidariedade como um processo em que o conhecimento apreendido pode ser considerado, “sempre inacabado, de nos tornarmos capazes de reciprocidade através da construção e do reconhecimento da intersubjetividade. A ênfase na solidariedade converte a

comunidade no campo privilegiado do conhecimento emancipatório” (Santos, 2002, p. 81). Em suma, é a valorização do saber emancipatório. A Educação Ambiental, reproduz uma linguagem direta e consistente, focado em uma boa conduta ecológica, de uma arte de fazer para o bem comum, Em vez da conscientização dentro de uma abordagem padronizada, a Educação Ambiental precisa pensar em promover a autoconsciência para uma reflexão/ação de um saber solidário.

O meio ambiente se inscreve como uma problemática híbrida, com múltiplas interseções e dimensões. Fazer o uso da solidariedade nesse processo promove práticas significativas, no que diz respeito a sensibilidade solidaria para com a casa comum e aqueles que nela habitam, o que envolve o princípio da responsabilidade, despertando uma conduta que vai respeitar o outro como legítimo outro na convivência, seja ele um ser humano, seja um grupo social, seja a natureza. Essa ética inscreve-se numa responsabilidade com o futuro.

A solidariedade como dimensão ética, propõem outro aspecto, a participação em sua dimensão política. Para a realização de uma Educação Ambiental política a dimensão da participação social deve ter um fortíssimo levante, inserindo-se nas redes de fazeres e saberes da vida cotidiana. Isto quer dizer que a realidade é o ponto principal de estudo, e que precisa ter um lugar de destaques na discussões, visto que esta educação se baseia em valores para a transformação social.

Ao mencionar a EA, o sentido estético, é um ponto atrativo, e a utilização deste aspecto na natureza, pode ser uma condição para resgatar seu valor intrínseco para além de uma condição de mera contemplação, os sentidos estéticos da natureza integram uma narrativa de arte, de cultura e da própria Educação Ambiental e podem ser utilizados como mecanismo de contágio de sentimentos ou da emoção vivida em comum. Essa racionalidade estético-expressiva é um dos fios condutores de sensibilidades, de utopias e novas metáforas para reencantar a educação de modo geral

Ao debruçar sobre os escritos de Martha Tristão é possível notar a perspectiva de que a EA pode resgatar as sensações valorativas, para que as subjetividades individuais e coletivas criem um sentimento de pertencimento à natureza, de um contato íntimo com a natureza e o ambiente na qual está inserido, para assim perceber a vida em movimento de equilíbrio/desequilíbrio, organização/desorganização, vida/ morte, o belo e o bom nela contidos.

Dessa forma, assim como já escrito desde o início desta sessão, a EA precisa aderir aos processos educativos abertos e imprevisíveis que aceitem as diferenças, considerem as subjetividades, as diferenças de estilos das culturas para produzir e compreender novos conhecimentos, para enriquecer ou transformar as narrações herdadas.

Tendo essa premissa básica como referência, propõe-se que a Educação Ambiental seja um processo de formação dinâmico, permanente e participativo, no qual as pessoas envolvidas passem a ser agentes transformadores, participando ativamente da busca de alternativas para a redução de impactos ambientais e para o controle social do uso dos recursos naturais, visando o futuro das próximas gerações que aqui habitarão.

### 3 OS ESTUDOS PÓS-COLONIAS: CONCEITOS E DIÁLOGOS COM A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Os estudos pós-coloniais, pós-colonialistas, também chamado de teoria pós-colonial, possui em seu histórico disseminar no sentido comum o questionamento quanto a narrativa ocidental da modernidade e, a partir de suas margens, revelar o subalterno como parte constitutiva dessa experiência histórica.

Para Portela Junior (2015, p. 78)

As perspectivas denominadas de pós-coloniais possuem em comum uma referência crítica ao discurso da modernidade, o qual foi construído histórica e socialmente a partir de binarismos e essencialismos conceituais (Leste/Oeste, Norte/Sul, Centro/Periferia, Desenvolvido/ Subdesenvolvido...) que remetem, em sua conformação, ao processo de colonização

Sabe-se que ao analisar as questões acerca da colonização, atem-se um cuidado, o movimento pós-colonialista para Tristão (2016 apud SANTOS 2008) podem ser entendidos em duas acepções: a de um período histórico após a independência das colônias de suas respectivas metrópoles, e a segunda que considera todo o conjunto de práticas e de discursos que desconstroem a narrativa colonial escrita pelos vencedores, substituindo-a por narrativas dos colonizado, isto e, trazendo a narrativa local como protagonista, analisando as relações de poder existentes, relação dita desigual, assimétrica.

Assim, o termo pós-colonial não está restrito somente a uma determinada sociedade ou época, trata-se de um movimento atual, global, que se interliga nessa intensa relação entre o global e o local, nessa profunda influência de um e outro constantemente, revelando que o colonial não está morto, que sobrevive mediante seus mecanismos de controle. Observa-se isso nas relações globais atuais, em transições desiguais tanto no social quanto no cultural.

É dentro desse estudo que surge um outro termo a “decolonialidade” que designa o questionamento radical e a busca de superação das mais variadas formas de opressão praticadas contra as classes e os grupos subalternos, nas relações de mecanismos de controle e na negação do fenômeno da modernidade/colonialidade,

A decolonialidade surge como energia de descontentamento e atitude em resposta às práticas opressoras do paradigma moderno-colonial. Geralmente essa força surge do povo na medida em que transforma o “instruído opressor” em prática de resistência, sendo a cultura popular a verdadeira força motriz decolonial das lutas populares. Cultura(s) resilientes, que aprenderam por séculos, a se (in)surgir, (re)existir e (re)viver. (AOOD, ABREU, DIAS, 2021, p. 167)

Se faz necessário entender as diferenças acerca das expressões “colonialismo” e “colonialidade”, que a primeira leitura se configuram como vocábulos com o mesmo significado, entretanto se divergem em profundidade.

O Colonialismo significa a chegada de um povo, com uma identidade X (os colonizadores/as), a um território de outro povo, com uma identidade Y (os/as colonizados/as) e, pela força política e/ou militar, subjuga essa população para garantir a exploração das riquezas e do trabalho da colônia em benefício dos colonizadores, ficando a soberania do povo colonizado sob os interesses do povo que coloniza (Quijano, 2007).

Por outro lado, a Colonialidade é entendida como uma dimensão simbólica do colonialismo que mantém as relações de poder que se desprenderam da prática e dos discursos sustentados pelos colonizadores para manter a exploração dos povos colonizados. Então, refere à ideia de que, mesmo com o fim do colonialismo, uma lógica de relação colonial permanece entre os saberes, entre os diferentes modos de vida, entre os Estados-Nação, entre os diferentes grupos humanos e assim por diante. Se o colonialismo termina, a colonialidade se propaga de diferentes formas ao longo do tempo.

Quijano (2009) diz que a colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista, pois nela sustenta-se a imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como elemento social do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América.

Para além, Quijano (2009) diz que para o materialismo histórico, as estruturas sociais constituem-se sobre a base das relações que se estabelecem para o controle do trabalho e dos seus produtos. Tais relações denominam-se relações de produção. Afirmando a primazia de um dos meios – o trabalho e as relações de produção – sobre os outros, mas também e com a mesma insistência, que a ordem configurada corresponde a uma cadeia de determinações que provém do meio privado e atravessa o conjunto. Desse ponto de vista, o controle do trabalho é a base sobre a qual se articulam as relações de poder e, ao mesmo tempo, o determinante do conjunto e de cada uma delas.

Nesse contexto é possível notar que a globalização não é um fenômeno novo, mas sim a manifestação intensificada de um antigo processo inicialmente realizado no século XV, nele é possível notar o comércio transcontinental, a expansão capitalista, as migrações mundiais e

intercâmbios transculturais. Do mesmo modo, sugerem que sua atual modalidade neoliberal polariza, exclui e diferencia, mesmo quando gera algumas configurações de interação translocal e de homogenização cultural.

Coronil (2005), afirma que a globalização neoliberal é implosiva ao invés de expansiva, conecta centros poderosos a periferias subordinadas. Seu modo de integração é fragmentário ao invés de total. Em suma, unifica dividindo. Em vez da reconfortante imagem da aldeia global, oferece, de diferentes perspectivas e com diferentes ênfases, uma visão inquietante de um mundo

Como já mencionado a colonialidade se baseia na relação de poder, e na atual globalização observa-se que o processo de criação de riquezas se baseia na relação de transformação dos seres humanos e do mundo natural na qual ele se insere. A partir disso é possível afirmar o papel da natureza como geradora de produção para obtenção de riqueza/lucro e “modernidade”, “progresso”.

Adentrando em uma perspectiva filosófica, como embasamento para discutir a decolonialidade, que possui seu principal ponto de partida em propostas Filosóficas de Libertação Latino-Americana advindas de Dussel, o que permite um olhar mais acurado sobre si, isto é, sobre o próprio indivíduo e uma reflexão mais crítica sobre o “regime” de opressão ideológica, e física, realizada. Para promover suas análises, Dussel se utiliza de dois conceitos fundamentais: o da alteridade e o da exterioridade.

A alteridade, um ponto comum entre as filosofias da libertação, caracteriza-se pela questão diacrônica, que perpassa pelo ouvir a palavra do outro até a uma adequada interpretação do mesmo. Nesse sentido, Dussel revela tal sugestão com base no ouvir-o-outro, não apenas subsumindo-o em sua totalidade, mas compreendendo-o após uma temporalidade diacrônica, em que o assumido resgata o escutado e expressa-se na palavra da aceitação alterada (de alteridade)

A exterioridade, se concentra no âmbito do homem livre e incondicionado, isto é, “o para onde” que transcende o pensamento metafísico, em seu ir “além de”, é o “fora” da abrangência da totalidade, da determinação de seu fundamento. Nesse contexto (AOOD, ABREU, DIAS 2021 apud DUSSEL 2017) considera que a decolonialidade é um processo para se chegar à transmodernidade, como modo “outro” de existir como uma nova idade da civilização planetária e pluriversa.

É importante destacar que a filosofia da libertação no contexto latino-americano, se concebe e assume a responsabilidade de lutar pelo Outro. Sendo assim, todos os tipos de alteridade possível desde sua consciência ética situada; a de qualquer ser humanos com “sensibilidade” ética que saiba indignar-se frente à injustiça que sofre algum Outro.

Conforme Paulo Freire (2020a), a educação se concretiza pela ação em pensamento e prática, pela práxis, em interação com o outro no mundo. Trata-se então de uma dinâmica que envolve a produção e reprodução das relações sociais, reflexão e posicionamentos éticos frente a questões políticas e democrática nos processos pedagógicos. Educar pode reproduzir ideais ou também transforma-las, tem a ver com as relações no mundo, com o modo como a sociedade está organizada, com o gerenciamento dos instrumentos e com o sentido da vida desses seres.

Essa abordagem, voltada para a alteridade que rumo em uma direção que compreende e respeita o outro em sua existência, assim como em convivência integrada às demais espécies vivas. Onde traz a Educação Ambiental não somente entre às relações vistas como naturais ou ecológicas, mas sim a todas as relações que se situam no planeta e que se dão em sociedade. Assim, o educar “ambientalmente” define-se pela unicidade dos processos que problematizam os atributos culturais relativos à vida – quando repensa os valores e comportamentos dos grupos sociais; com os que agem nas esferas política e econômica – quando propicia caminhos sustentáveis e sinaliza para novos padrões societários

Os estudos pós-coloniais em contraste com a educação ambiental, traz um teor de valorização, pois a EA é um tema transversal e não uma disciplina, podendo ser inter-multi-transdisciplinar como dito por Evaristo (2010). É possível estabelecer-se uma conexão entre essas “questões ambientais” com a realidade encontrada. Fazendo uso da dialética ao pensar na complexidade do ambiente, onde se propõem teorizar e agir em processos conexos e integrados, vinculando matéria e pensamento, teoria e prática, corpo e mente.

A realidade vem a ser a síntese entre sujeito e objeto; a verdade se explicita na aplicação prática da teoria e na capacidade de atuação em sociedade; a transformação das condições materiais é a norma para a transformação subjetiva; o sentido da construção do conhecimento e da atuação no mundo é propiciar a emancipação humana e a superação das formas de dissociação sociedade/natureza. Onde “afirmar o Outro e servi-lo é o ato bom; negar o Outro e dominá-lo é o ato mau” (AOOD, ABREU, DIAS 2021 apud DUSSEL 1980).

A finalidade de atuação no campo da Educação Ambiental é transformar os indivíduos em suas subjetividades, sensibilizando práticas para sustentabilidade ambiental e, por conseguinte, manutenção de práticas e saberes imateriais existentes. Em suma, significa atuar criticamente na superação das relações sociais existentes, na conformação de uma ética que possa se afirmar como “ecológica” e na objetivação de um patamar societário que seja a expressão da ruptura com os padrões dominadores que caracterizam a contemporaneidade.

A função na qual a Educação Ambiente assume, portanto, é o nome dado as práticas educativas relacionadas à questão ambiental. Dessa forma, a Educação Ambiental nomeia uma qualidade especial que define uma classe de características que, juntas, permitem o reconhecimento de sua identidade, diante de uma Educação que antes não era ambiental (LAYRARGUES, 2004, p.7). Já a Educação Ambiental Crítica parte de uma visão sócio-histórica na qual é utilizada para compreender a atual crise ambiental partindo das relações sociedade-natureza, para chegar à intervenção social sobre os conflitos ambientais.

A Educação Ambiental, apoiada em uma teoria crítica que exponha com vigor as contradições que estão na raiz do modo de produção capitalista, deve incentivar a participação social na forma de uma ação política. Como tal, ela deve ser aberta ao diálogo e ao embate, visando à explicitação das contradições teórico-práticas subjacentes a projetos societários que estão permanentemente em disputa. (TREIN, 2008).

Deve-se lembrar que a EA não é neutra, pois ela parte de um pensamento epistemológico e filosófico bem demarcado, está relacionada a vivência desse ser humano, que faz parte de um sociedade, e que possui o poder de mudança na mesma, a EA não buscar apenas atitudes e mudanças individuais, mas propõe partir desse ponto para atitudes e mudanças coletivas. Dessa forma Educação Ambiental crítica vem de contra à Educação Ambiental conservadora, aquela que defende os interesses dominantes, atuando de acordo a lógica do capital, isto é, o lucro, sendo mais um mecanismo de reprodução desse sistema (GUIMARÃES, 2004, p.26).

Com a perspectiva da Educação Ambiental crítica é possível identificar padrões desiguais de distribuição dos impactos socioambientais no território, caracterizando-se, assim, a existência de conflitos. Dentro dessa visão, os conflitos socioambientais apresentam distributivos do sistema capitalista e as consequências de modos de vida e formas de conhecimento que se posicionam como hegemônicas.

Neste sentido, pode ser apresentado o conceito de racismo ambiental, no qual aprofunda a compreensão da Educação Ambiental a partir de um olhar para as populações

oprimidas. Esse tipo de racismo se promove na dinâmica da relação sociedade-natureza que se impõe a partir da expropriação do direito ao ambiente justo e equilibrado de uma parte determinada da sociedade: as populações vulnerabilizadas.

Chamamos de Racismo Ambiental às injustiças sociais e ambientais que recaem de forma implacável sobre etnias e populações mais vulneráveis. O Racismo Ambiental não se configura apenas através de ações que tenham uma intenção racista, mas, igualmente, através de ações que tenham impacto “racial”, não obstante a intenção que lhes tenha dado origem. (...) O conceito de Racismo Ambiental nos desafia a ampliar nossas visões de mundo e a lutar por um novo paradigma civilizatório, por uma sociedade igualitária e justa, na qual democracia plena e cidadania ativa não sejam direitos de poucos privilegiados, independentemente de cor, origem e etnia. (PELACANI; MUNIZ; SÁNCHEZ 2019 apud PACHECO 2007)

O discurso sobre racismo ambiental, levanta o questionamento de que as desigualdades demarcadas no processo de injustiça ambiental vão para além da cor, pois não envolve apenas os negros, e sim todas as populações que fazem parte do continente latino-americano sejam eles afro-americanos, afro-caribenhos e asiáticos, assim como as populações tradicionais - ribeirinhos, extrativistas, pequenos agricultores familiares e povos originários. O reconhecimento da forma de vida desses grupos sociais que infelizmente sofrem diretamente com o apagamento dos seus saberes e a consequência dos impactos negativos sobre seus territórios, diante do avanço dos grandes empreendimentos de desenvolvimento capitalista, se torna um dos fortes pontos de debate da Educação Ambiental Crítica.

A cultura e a história de um povo são elementos cruciais, elas se integram, então, é necessário pensar o ambiente sob outras perspectivas, alargar a visão de mundo para além daquilo já visto, não se restringir a uma disciplina ou campo de conhecimento. Trazendo para o contexto amazônico que é o foco desse estudo, se faz persistente lembrar que a Amazônia é diversa, isto é, em seu espaço habitam várias populações, com suas respectivas culturas que devem ser valorizadas, pois faz parte da história desse lugar, possui um sentimento de pertença, de valorização a essa terra.

Cada grupo cultural estabelece suas próprias relações com o seu lugar ao longo do tempo, independente do lugar, sejam florestas, rios, praias, campo, cidades, cada população cria laços com seu lugar, com sua terra e nesse sentido estabelece um processo educativo, visto que dentro desse contexto há toda uma dinâmica, estão presentes diversas relações interligadas e interdependentes. É nesse ponto que a EA se insere, uma vez que ela aborda e traz consigo a educação local como enaltecimento.

Uma educação que possibilite ao homem discussão corajosa de sua problemática. De sua inserção nesta problemática. Que o coloque em diálogo constante com o outro. Que o predisponha a constantes revisões. À análise crítica de seus “achados”. A uma certa rebeldia no sentido mais humano da expressão. Que o identifique com métodos e processos científicos (MOTA NETO, 2016, p. 171 apud FREIRE, 2003, p. 38).

Tais conceitos se interligam ao diálogo decolonialista, quando trazer o ser humano e suas vivências para o centro de estudo, como ponto de partida para se pensar o mundo e a relação desse ser com o ambiente, pensar em uma educação voltada para a realidade local, claro sem esquecer as problemáticas globais, mas levantar a discussão das problemáticas no contexto local, onde este ser humano está inserido, tornando-o participativo, ativo e perceptível quanto as mazelas existentes em seu contexto, e buscar liberta-se de amarras civilizatória que os exploram.

### 3.1 A IGREJA E SEU DIÁLOGO SOBRE PRESERVAÇÃO E MUDANÇAS AMBIENTAIS

Desde sua eleição, no ano de 2013, o Papa Francisco assumiu uma destacada liderança não apenas no âmbito intraeclesial, como decorrência de seu ministério na vida da Igreja, mas para além do ambiente confessional, com reconhecida influência global. Por sua clarividência e assertividade na abordagem de questões relevantes e pertinentes para a humanidade, Francisco é apontado como grande líder global da atualidade e, por meio de algumas iniciativas de seu pontificado, estaria propondo uma nova governança, trazendo como protagonistas os movimentos sociais.

Francisco considera a escola para além dos seus limites geográficos, sendo assim, a educação é vista da mesma forma para além de seus limites estabelecidos. Ela os ultrapassa (limites), apontando para a realidade circundante e para o mundo, oferecendo uma proposta educativa permanente.

Para o Papa, a educação esta alicerçada em uma tríplice, são elas: ato de amor, ato de esperança e fator humanizador. É um ato de amor pois é geradora da vida em sua pluridimensionalidade. Ela arranca a pessoa da sua mesmice, ajuda-a a familiarizar-se com a sua interioridade, a exercitar suas potencialidades, a abrir-se para a transcendência. É um ato de esperança pois ajuda a romper o círculo vicioso do ceticismo, da descrença, da cristalização de concepções e atitudes contrárias à dignidade do ser humano. Nesse ponto o

Papa Francisco alerta para as questões da globalização exacerbada que estão longe de uma reta concepção do bem comum e produz facilmente tensões sociais, conflitos econômicos, abusos de poder. O papa também reconhece a educação como um Fator humanizador pois denuncia concepções do processo educativo incongruentes com a contemporaneidade. Ele repulsa a hegemonia dos conteúdos, infelizmente ainda presente em muitas escolas. Educar, diz, não é somente transmitir conceitos, esta seria uma herança da Ilustração que é preciso superar, ou seja, não só transmitir conceitos. Para ele, este tipo de educação não completa todo o humano, que para se sentir pessoa, precisa sentir, pensar.

A educação será ineficaz e os seus esforços estéreis - se não se preocupar também por difundir um novo modelo relativo ao ser humano, à vida, à sociedade e à relação com a natureza. Caso contrário, continuará a perdurar o modelo consumista, transmitido pelos meios de comunicação social e através dos mecanismos eficazes do mercado. (Laudato Si', n.215)

Para Papa Francisco para que haja uma educação de qualidade é necessário considerar a 'desconstrução do humanismo', segundo ele, essa é uma das principais dificuldades da educação na contemporaneidade, isso se deva a força do individualismo, da indiferença, da ditadura de resultados, e do elitismo na educação.

Um tema bastante destacado pelo Papa é a Educação ecológica ou ambiental. Na encíclica *Laudato si'* o mesmo faz um apelo a consciência humana mundial, nos escritos o Papa ressalta a necessidade de a humanidade mudar sua mentalidade e modos de agir e contar, para isso, com a educação, um fator imprescindível. Pois "o urgente desafio de proteger a nossa casa comum inclui a preocupação de unir toda a família humana na busca de um desenvolvimento sustentável e integral" (FRANCISCO, 2015, n.13)

Por conta da crise ambiental que se impôs, a *Laudato Si'* é um presente que o planeta Terra ganhou, posto que é um documento eclesial que dialoga, para além da comunidade crente, com a sociedade planetária. Trouxe uma outra perspectiva sobre o papel da igreja no mundo, mostrando que as lideranças (em destaque a igreja) possui um posicionamento a respeito das mazelas ocorrentes no globo. Ter o olhar da igreja, uma instituição conhecida por ostenta um poder social, econômico e político, frente as sociedades, tendo seu pontífice realizando reflexões sobre crises ambientais, que envolvem não somente o meio ambiente como todo o contexto em torno é de suma importância, pois traz um grande reconhecimento a causa, mobiliza diversas camadas da sociedade a refletirem e se conscientizarem sobre a atual realidade ambiental planetária.

No fundo, a *Laudato Si'* é uma denúncia ao modelo de desenvolvimento dominante no mundo, esse que está ancorado erroneamente no paradigma do crescimento econômico ilimitado e na ideia de um progresso infinito, como se os recursos naturais fossem inesgotáveis e a intervenção humana sobre a natureza ocorresse de forma neutra, sem deixar consequências. O que se mostra totalmente errôneo, pois na realidade, o progresso apresentado não se distribui de maneira igualitária aos habitantes, e a interferência humana no ambiente possui um forte impacto, uma vez que o sistema econômico capitalista funciona na base da produção e do consumo tendo em vista lucros cada vez maiores.

Ao observar a realidade amazônica, as dificuldades dos habitantes da floresta, em meio à extração predatória do lucro, fizeram com que Francisco convocasse a igreja e as pessoas de boa vontade a sonharem com uma Amazônia que defenda os direitos dos nativos e de se seus habitantes, que preservem as riquezas das culturas que ali resistem; além de conservar a beleza natural tão ameaçada. O documento “Querida Amazônia” aponta para uma nova evangelização e uma nova Igreja com rosto ecológico: um projeto de esperança para a sociedade, a cultura, o meio ambiente e a Igreja.

Para o Sumo Pontífice, o interesse dos colonizadores, com a desculpa do progresso, continua disfarçado e dissimulado, ameaçando a vida dos mais vulneráveis. A ganância e o lucro são a causa do empreendimento de muitas empresas no território amazônico, onde se apropriam das terras, desrespeitam os nativos, privatizam a água potável, desmatam, exploram minérios e petróleo e contaminam o ambiente.

O objetivo é promover a Amazônia; isso, porém, não implica em colonizá-la culturalmente, mas sim contribuir de modo que ela própria revele o melhor de si. Esse é o sentido da melhor obra educativa: cultivar sem desenraizar, fazer crescer sem enfraquecer a identidade, promover sem invadir [...]. (QA, n. 28)

Francisco afirma que assim como existem potencialidades na natureza que se poderiam ser perdidas para sempre, o mesmo acontece com culturas que hoje estão mais ameaçadas. De certa forma o Pontífice convida aos leitores a refletir numa perspectiva pós-colonial, visto que para ele, a cultura dos povos da Amazônia não é “selvagem”, no sentido pejorativo da palavra, mas diferente, isto é, elas possuem suas identidades, sabedorias e valores que são desenvolvidos em conexão com o meio ambiente e com profundo senso comunitário.

O Papa vê a Amazônia como um teológico espaço de libertação e de revelação do criador à criatura. Nesse sentido, Francisco vem exortar ao leitor a olhar com maior atenção

para a preservação das espécies em extinção, a considerar os micro-organismos fundamentais para o equilíbrio dos ecossistemas, incentivar mudanças de hábitos e costumes que foquem para um desenvolvimento ecológico, ou seja, que a Amazônia seja sustentável em todos os setores, seja ambiental ou cultural.

#### **4 QUESTÃO AMBIENTAL NO BRASIL: TRAJETÓRIA E PERSPECTIVA PARA O FUTURO**

As instituições e sistemas de governanças são razões indiretas das diversas alterações ambientais ocorridas em um determinado espaço, isso porque, o seu poder de influência nas relações humanas com o meio ambiente, são considerados alavancas fundamentais para as tomadas de decisões. Dessa forma, essas instituições abrangem todas as interações sejam elas, formais ou informais, interações que se realizam entre as partes interessadas e as estruturas sociais que determinam como as decisões são tomadas e implementadas, como o poder é exercido e como as responsabilidades são distribuídas. A elas competem, em vários graus, o acesso, o controle, a alocação e a distribuição dos diversos componentes existentes na natureza e ativos antropogênicos (conhecimento, tecnologia, recursos financeiros, infraestrutura), que trazem benefícios para a sociedade.

Ao longo dos anos de 1990, a política ambiental brasileira tem se desenvolvido, mostrando um fortalecimento em suas ações. O Brasil passou a assumir liderança frente aos diversos fóruns internacionais realizados ao longo dos anos, uma destaque, aconteceu em solo brasileiro, a ECO-92, que foi um marco de protagonismo, entretanto, a partir de 2019, a agenda ambiental brasileira perdeu seu protagonismo e passou a ser encarada como obstáculo para o desenvolvimento.

Nesse contexto, contar o histórico da questão ambiental, juntamente com a EA no Brasil, é uma obrigação e uma urgência pois, os grandes temas globais, como as mudanças climáticas e o aquecimento global, exigem o envolvimento de todos para a preservação ambiental e a conservação da qualidade socioambiental do planeta. As políticas ambientais, para promoverem a organização social e o avanço da participação popular, deve, antes de tudo, priorizar a qualificação dos grupos sociais para que se apropriem dos instrumentos de gestão ambiental pública, capacitando-os para uma atuação cidadã em prol da melhoria da qualidade socioambiental de nosso país.

A educação ambiental nesse sentido, é tida como um caminho para a concretização de novas formas de na relação homem-natureza diante das problemáticas sociais e ambientais da atualidade. É notório que desde a ECO-92 a educação é vista como instrumento fundamental para o alcance da sustentabilidade mundial, estipulou-se assim o reconhecimento internacional da importância educacional nas questões ambientais.

A Educação Ambiental tem que desenvolver teorias e práticas para ser crítica, transformadora e emancipatória; nessa perspectiva, ela deve construir conhecimentos,

habilidades, valores e atitudes, além de preparar os indivíduos para a participação efetiva na formulação e condução de seus destinos. Dessa forma, para exemplificar tal atitude tem-se:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. § 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: ... VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente (BRASIL, 1988)

A Constituição Federal de 1988, em seu inscrito, que advém antes dos anos 90, já traz a questão ambiental como fundamental ao ser humano, estipulando que o meio ambiente deve ser devidamente equilibrado, respeitado, e o mais importante é um direito de todos para obter uma melhor qualidade de vida, assegurando a sociedade que a EA deve ser produzida nos diversos níveis de ensino formal ou informal.

Como já mencionado, a virada dos anos 1990, foi um marco na história brasileira, é importante ressaltar que o país vivia a efervescência da redemocratização, isto é, o país estava reformulando suas vias, seu cenário, e nesse meio se preparava para receber uma das conferências ambientais de grande prestígio, a ECO-92, realizada no Rio de Janeiro, ainda sob a gestão de Collor, e onde acontece também o primeiro e importante passo da cultura verde no País, isso já no governo de Fernando Henrique Cardoso.

Durante a conferência, diversos planos foram implantados, o olhar pela biodiversidade, devido à fundação do Ministério do Meio Ambiente, que aprimorou a legislação na questão de penalidades pela lei de crimes ambientais, o que foi um ponto bem discutido aos interesses brasileiros, visto que a fauna e a flora do território são extensas, e a fiscalização deve ser intensa e efetiva.

O Ministério do Meio Ambiente (MMA) foi criado em 1992, e sua criação foi de suma importância para o desenvolvimento ambiental brasileiro, pois ter uma pasta com foco no meio ambiente traz perspectivas de melhoras, e atenção ao tema, sua função em termos gerais é pensar e implementar políticas públicas ambientais nacionais de forma planejada e estabelecida com os autores públicos e a sociedade para o desenvolvimento. No ano de 1998 foi estabelecida a Lei de Crimes Ambientais (Lei no 9.605/1998) com o intuito de melhorar a fiscalização acerca dos crimes ambientais como contrabando de animais selvagens, desmatamento de florestas, garimpos ilegais etc. com isso, o Brasil tornou-se um dos poucos países a possuir um direito penal ambiental.

Perante o exposto sobre a política ambiental brasileira na década de 1990, se observa que apesar do processo de preparação e da realização da Rio-92 ter estimulado positivamente o olhar para os movimento ambientais estabelecidos no território brasileiro, visto que o

panorama se situada em níveis globais, o modelo de política ambiental efetuado no Brasil entrou em crise tanto por não corresponder à nova pauta da política internacional definida na Eco92, quanto por não atender às demandas de cidadania e de consciência ambiental que se generalizavam. Outro ponto é que as políticas públicas que foram estipuladas no período, de um modo geral, não revelaram compromisso tão significativo para com a sustentabilidade ambiental, por isso, os devidos sistemas que foram instituídos para realizar a gestão e o controle ambiental mostraram-se próximos em relação aos sistemas de poder e pouco eficientes, sobretudo, quando estão atrelados a políticas setoriais de curto prazo.

Na virada do século, as disposições acerca da questão ambiental continuaram, as discussões acerca do tema se seguiram, diversas leis e instituições foram estabelecidas, com o intuito de corresponder às expectativas e as pautas que foram estabelecidas na conferência de 1992, mostrando assim, um andar lento, se realizando mudanças com muitas dificuldades.

Foi criado, no ano 2000 o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza – SNUC (Lei no 9.985/2000), o que prevê mecanismos para a defesa dos ecossistemas naturais e de preservação dos recursos naturais neles contidos. Um artefato regulatório de suma importância na questão da preservação das vidas existentes nos ecossistemas existentes no território brasileiro, mostrando uma preocupação, tomando ações punitivas de combate a crimes ambientais.

Nesse mesmo ano, também foi instaurado a Agência Nacional de Águas (ANA), que se vinculava ao MMA, e possuía como o objetivo, implementar em seu círculo de tarefas, a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei no 9.433/97). A agência vem trabalhando, nessa implementação, no gerenciamento dos recursos hídricos, que também tiveram proteção, visto que, fazem parte do meio ambiente, e o Brasil, possui a maior bacia hidrográfica do mundo, localizada na região amazônica, onde está instaurada a maior floresta tropical do globo, a Floresta Amazônica. Com isso percebe-se um olhar mais atento aos pesares ambientais.

No ano de 2002 foi realizada a Conferência Ambiental Rio+10, em Joanesburgo, na África do Sul, tal conferência tinha como um dos principais objetivos da pauta, avaliar os acordos realizados na conferência anterior a Rio-92. No entanto, as questões de enfrentamento à pobreza mobilizaram os debates, visto o grande número que a fome alcançava, outros focos da Rio+10 foram as mudanças climáticas (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL, Protocolo de Kyoto) e a discussão sobre fontes energéticas renováveis.

O Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA II), iniciou sua segunda etapa no ano 2000 e estendeu-se até 2006 e atuou em duas linhas principais. A primeira linha, de gestão integrada de ativos ambientais, onde apoiou diversos projetos que visavam a melhoria da

qualidade ambiental nas áreas que eram consideradas prioridades para os estados participantes. A segunda linha agiu frente ao desenvolvimento institucional dos estados, que se dividiam em três áreas: licenciamento ambiental, monitoramento da qualidade da água e gerenciamento costeiro.

Passado esses anos, onde houve um hiato para realizar as avaliações dessa etapa, e preparar-se para a próxima, no ano de 2009, mais articulados, e com mais elementos de gestão que consistiam em ativos ambientais e de desenvolvimento institucional divididos em três linhas: instrumentos econômicos para a gestão ambiental, monitoramento ambiental e licenciamento ambiental. Assim sendo, o PNMA tem sido, ao longo de seus anos de atuação, constituído de 20 anos na ativa, um programa estratégico para o MMA, que possui um impacto, principalmente na estruturação dos órgãos estaduais de meio ambiente.

É possível notar, ao longo dessa trajetória, que o Brasil possui uma grande representatividade frente às diversas nações globais, é um país que possui um grande potencial de crescimento, a busca pelo desenvolvimento social, de fato, é algo gradativo, percebem-se pequenas mudanças, ações que colaboram para esse progresso. O componente ambiental que o Brasil possui, como seus mais variados biomas e bacias hidrográficas que compõem uma grande diversidade de espécies (fauna e flora), o torna um país de destaque, com diversos olhos atentos às suas ações ambientais.

Não à toa, que em 2012, novamente o Brasil foi sede de uma conferência ambiental, a chamada Rio+20 (Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – CNUDS), de 13 a 22 de junho de 2012 no Rio de Janeiro. A conferência em tom comemorativo e saudosista marcou os 20 anos da realização da histórica Rio-92 e teve como principais objetivos: i) assegurar a renovação do compromisso político para o desenvolvimento sustentável; ii) avaliar os avanços e os hiatos nos processos de implementação das principais decisões quanto ao desenvolvimento sustentável; e iii) identificar desafios novos e emergentes.

Para além desses objetivos, a conferência propôs e foi estabelecido mais dois temas: economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável. A Rio+20 foi considerada o maior evento já realizado pelas Nações Unidas pois contou com a participação de diversos representantes ou chefes de estados, em torno de 190 países, que uniram forças para discutir sobre as políticas ambientais globais, além do evento principal, a conferência também realizou diversos eventos paralelos em outros pontos da cidade, como a Cúpula dos Povos

(realizada no Aterro do Flamengo), seminários e debates em universidades, bem como eventos culturais.

Nota-se que ao observar a trajetória da política ambiental no Brasil, um ponto crucial deve ser considerado que é a própria estrutura federativa do país, que se distribui em três níveis de governos: i) as medidas adotada pelo Estado brasileiro, ii) as UFs, iii) os governos municipais. Que dispõem de uma autonomia para estabelecer políticas de acordo com suas próprias prioridades, dentro de suas áreas de competência e nos limites fixados por seus territórios.

A questão ambiental se caracteriza por permear todos os níveis de governos, não estacionada apenas em um único deles, as políticas ambientais federais dependem da adesão dos demais entes da Federação. Assim, para que essas políticas federais possam serem efetivas, é necessária uma boa estrutura de relações e cooperação entre as diferentes esferas de governo, uma vez que os governos estaduais e municipais são obrigados a cumprir as legislações federais, mas participam apenas em caráter voluntário de programas propostos pelo governo federal. Sem o comprometimento e a real disposição por parte dos estados e municípios de colocarem essas políticas federais em prática, elas não alcançam a almejada efetividade.

Para isso, o governo federal precisa, ainda, apoiar a melhor estruturação e capacitação de órgãos ambientais nos níveis estadual e local (municípios), visto que deficiências nesses níveis ainda se constituem em grandes obstáculos para o sucesso da implementação das políticas emanadas da esfera federal. Sendo assim, é fundamental que haja a união de interesses e compromisso entre as diversas instâncias do governo. As competências ambientais de cada esfera já estão definidas, com isso é preciso que as relações, o modo de compatibilizar as ações autônomas que cabem aos estados e municípios se comprometam com a necessária articulação global, por parte do governo federal.

Trazendo esse retrato de cooperatividade, adentra-se em tempos difíceis para a pauta ambientalista, os dados evidenciam que entre 2018 e 2021 os orçamento de órgãos federais com funções socioambientais sofreram uma queda expressiva, cerca de 56%, evidenciando que os gastos foram dos órgãos ambientais foram bem menores que no ano de 2017. Mostrando um retrocesso na história, que culminou em diversas ameaças ambientais, gerando um pavor por parte da comunidade ambiental.

O governo Bolsonaro, foi a culminação de um processo de flexibilização das leis de desmatamento e mineração, reiniciado nos anos 2000. Esse processo se consolidou no governo Dilma Rousseff (2011-2016) e ganhou força no governo Michel Temer (2016-2018),

apesar da queda significativa do desmatamento alcançada no governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011). Nesse sentido o que relata-se são os acontecimentos realizados a partir dessa flexibilização que de fato começou a ser instaurada, já que no início do ano 2019, onde as várias responsabilidades do Ministério do Meio Ambiente foram sendo transferidas para outras esferas do governo federal, descentralizando assim o ministério, tirando suas demandas, houve-se diversos funcionários demitidos, acordos com organizações não governamentais sendo suspensos e conselhos e comitês ambientais sendo enfraquecidos ou extintos. E diversas tentativas de corromper o uso dos recursos de doações internacionais que haviam sido recebidos para projetos de combate ao desmatamento.

O desmatamento no Brasil aumentou 22% de agosto de 2020 a julho de 2021 em relação ao ano anterior. Isso é um fator de extrema urgência, significa dizer que os biomas brasileiros estão ameaçados, a crescente onda de queimadas, e exploração e a falta de uma fiscalização envia uma mensagem subliminar de que crimes ambientais sempre serão perdoados, trazendo diversas consequências para as diversas populações tanto aquelas não se encontram instaladas dentro dos biomas, como para as populações residentes, que sofrem diversos ataques.

Outro destaque que impacta fortemente são os diversos projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, que possuem forte apoio de parlamentares alinhados a ruralistas e garimpeiros, que tem como foco abrir terras indígenas para a realização de mineração, para barragens e agronegócio, não à toa que a chamada ‘lei da grilagem’ (PL2633/2020) foi aprovado pela Câmara dos Deputados em agosto de 2021. Isso evidencia o descaso quando as questões ambientais, observa-se um momento crítico na política brasileira, uma política totalmente antiambiental, sem uma perspectiva ou propostas que beneficiem esses territórios.

Os contínuos retrocessos ambientais no Brasil tem enormes consequências para as gerações presente e futuras, tanto no Brasil quanto no mundo, pois o país possui uma grande diversidade, espécies de animais que ainda não foram encontradas, e as sucessivas ações antiambientais prejudicam os mais variados estudos que são realizados nesses territórios, interrompem o desenvolvimento de espécies, e compromete toda a sociedade.

A COP, sigla para Conferência das Partes (“Conference of the Parties”, em inglês), é uma reunião regular entre os países que compõem a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC). A COP26 ocorrida no ano de 2021 não contou com a participação do chefe de estado brasileiro, houve um representante do Brasil, que na conferência mudou a data prometida para acabar com o desmatamento ilegal de 2030 para

2028, também assinou as declarações florestas e metano e afirmou que o Brasil atingiria zero emissões líquidas até 2050. No entanto, não há plano conhecido para atingir essas metas.

Novamente, no ano de 2022, a COP realizada entre os dias 6 e 18 de novembro de 2022 em Sharm El Sheikh, no Egito, possui como principal objetivo a reiteração e cumprimento dos compromissos fixados anteriormente e das metas de redução da emissão de gases do efeito estufa estabelecidos em sessões anteriores, visando a acelerar a ação sobre as mudanças climáticas. Além de promoverem diversas discussões para as ações climáticas, como medidas de adaptação e resiliência, redução do desmatamento, transição energética, adoção de práticas sustentáveis pelo agronegócio e auxílio aos países menos desenvolvidos. O Brasil, teve uma participação fundamental nas discussões da COP 27, assumindo um papel importante no combate às mudanças climáticas e na preservação do meio ambiente, dando ênfase na Amazônia.

O Brasil é um importante membro, quando se trata de assuntos relacionados a questão ambiental, a participação da comissão brasileira, que na atualidade é composta por setores importantes da sociedade civil, a exemplo dos movimentos sociais, povos tradicionais, ambientalistas e pesquisadores, representantes de empresas e dos governos estaduais e federal, é de extrema importância para o avanço da pauta ambiental e climática no país. Disso, o país, no presente ocupa uma posição central nas discussões acerca do meio ambiente, isso devido ao fato do papel da Amazônia no clima mundial e dos problemas ambientais que são identificados dentro da floresta, como as queimadas e as preocupantes taxas de desmatamento.

A COP 27, possui uma grande representatividade, um marco na política ambiental e climática brasileira, considerando o retorno da participação da sociedade civil nos diálogos e pela ida até o evento de grande parte dos membros do novo governo eleito no ano de 2022, esses que serão responsáveis pela implementação de acordos decisórios pelos próximos quatro anos de governo. Entre os compromissos assumidos estão a redução das emissões de gases em até 50% até o ano de 2028 e o desmatamento zero, reiterando a importância de ações imediatas para a mitigação dos efeitos do aquecimento global e das mudanças climáticas.

É evidente que ao observar a trajetória brasileira acerca das preocupações com as questões ambientais apresentam um certo desenvolvimento, passando por muitas dificuldades, e nesse ponto, a educação ambiental se tornou um ponto principal, onde leva as discussões sobre meio ambiente para espaços educacionais sejam formais ou informais, locais onde os indivíduos estão se desenvolvendo, onde estão procurando conhecimentos, descobrindo a realidade acerca de seus devidos contextos.

Por esse motivo, a EA como disciplina transdisciplinar proporciona diversas perspectivas e diversas formas de se trabalhar dentro da sala de aula. Tristão (2005), em seus estudos reforça esta narrativa, na qual a Educação Ambiental em seu movimento considera em suas análises, as especificidades do lugar em suas relações com as comunidades. Segundo a autora, estudar a colonialidade pode ajudar na compreensão das formas de poder que ainda se impõem dentro das relações de forma indireta dos povos, do território, da natureza e da cultura. Assim sendo, a educação ambiental luta pela integração e articulação entre humanos e não humanos, pelas diferenças culturais locais, que mobilizem fluxos reexistentes.

Dialogar sobre uma educação local, que abrange a realidade desses indivíduo se torna fundamental, a exemplo da Amazônia, bioma que ganhou relevância durante a COP 27, realizando a discussão a respeito das múltiplas Amazônias, ou seja, uma Amazônia que possui múltiplos territórios, que se constituem na ocupação de cada um dos territórios locais, destacando que para se compreender a educação na Amazônia é preciso partir de duas referências que são duas, a primeira é a sua heterogeneidade e a segunda é a complexidade. É necessário ter a clareza de que a Amazônia é diversa, e se constitui de heterogeneidade de sujeitos, de meio ambiente, de processos produtivos e culturais. Sobre isso, o Papa Francisco em seu livro Querida Amazônia relata:

A Amazônia deveria ser também um local de diálogo social, especialmente entre os diferentes povos nativos, para encontrar formas de comunhão e luta conjunta. Os demais, somos chamados a participar como “convidados”, procurando com o máximo respeito encontrar vias de encontro que enriqueçam a Amazônia. Mas, se queremos dialogar, devemos começar pelos últimos. Estes não são apenas um interlocutor que é preciso convencer, nem mais um que está sentado a uma mesa de iguais. Mas são os principais interlocutores, dos quais primeiro devemos aprender, a quem temos de escutar por um dever de justiça e a quem devemos pedir autorização para poder apresentar as nossas propostas. A sua palavra, as suas esperanças, os seus receios deveriam ser a voz mais forte em qualquer mesa de diálogo sobre a Amazônia. E a grande questão é: Como imaginam eles o “bem viver” para si e seus descendentes? (QA 26)

Um desafio que precisa ser realizado é ter uma educação que seja da Amazônia, que tenha as características amazônicas do modo de sentir e viver, que faça com que se tenha orgulho de ser amazônico, e isso depende de um processo educativo e formativo. Se faz necessário haver um olhar mais humanizado, acerca da proposta curricular, onde se torna imprescindível construir e implementar um currículo que dialogue e atenda as especificidades da Amazônia, que busque e se comprometa com uma educação que compreenda a identidade cultural das pessoas humanas que ali vivem - populações residentes nas cidades, no campo, na águas (rios) e florestas - que respeite a diversidade de seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, de raça e de etnia.

Isso traz à tona e retoma o diálogo sobre valorização, sobre o sentimento de pertencimento, desenvolvendo perspectivas que viabilizem a leitura e a prática de estratégias que possam reforçar a importância da identidade local. Uma ideia de si próprios, do próprio contexto e que seja trabalhada de maneira não imposta, mas construída pela própria comunidade.

A existência, porque humana, não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir, humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir dela novo pronunciar. (FREIRE, 2020b, p. 108)

Essa forma de estabelecer conhecimento, na forma prática, se torna marcante, pois para quem está participando do momento e observando tudo que acontece, e trazendo para a sua realidade, se torna uma educação crítica, que possui visão, que estabelece e proporciona refletir sobre o que ocorre ao redor de si. Dizer a palavra verdadeira, que é trabalho, que é práxis, é transformar o mundo (FREIRE, 2020b, p. 109).

Dessa forma, se faz presente, em um contexto de (re)existir, de luta, da busca pela valorização local, pensando a partir das múltiplas realidades e experiências que são existentes no território amazônico que são contextos mais simples, menores, mas podem e devem se tornar disponíveis e visíveis em uma realidade mais ampla, como forma de descolonização, isto é, brotar dos diversos contextos para uma ampla ação. Para tanto, em uma visão de educação ambiental pós-colonialista, múltipla e revolucionária que, conectada com as políticas dos movimentos de reexistências, se transpasse em currículos nômades, que se articulam com os movimentos sociais das populações tradicionais, aliando-se a cultura e os saberes ancestrais das populações residentes na Amazônia, unir os conhecimentos globais aos conhecimentos locais, englobá-los para assim criar um desenvolvimento sustentável de qualidade para todos.

## 5 CONCLUSÃO

Este trabalho teve como principal objetivo mostrar como a utilização dos estudos pós-coloniais possuem uma profunda reflexão nas questões acerca da valorização do ser humano, quanto ser existente em uma determinada existência, juntamente com a Educação Ambiental que em suas entranhas possui essa exaltação, emancipação do ser quanto ao sentimento de pertencimento de valorização.

O que se observa é que a EA, não adentra apenas nas questões ambientais, mas vai mais além, aprofunda-se em pontos culturais, educacionais de um povo, fica evidente que a perspectiva local no contexto educacional possui uma enorme diferença, utilizar a realidade local para olhar a situação global é uma das perspectivas que os estudos pós-coloniais, a decolonialidade e a EA buscam, preservando assim, a estrutura das sociedades, para que não se percam meados a modernidade, ao progresso tão altamente propagado.

A Educação, nesse sentido, se torna imprescindível, isso reflete acerca de que não se pode pensar que a educação é um elemento delegado ao professor ou as escolas que está limitado apenas esses dois componentes, quando na realidade, todos dentro da sociedade devem ter um compromisso de serem educadores, isso se baseia na perspectiva de que cada indivíduo possui suas particularidades, e principalmente suas vivências e experiências, essas que não devem ser descartadas e sim valorizadas, pois faz parte de quem esses indivíduos são, então é importante no processo de aprendizagem, faz com que este indivíduo se envolva e se desenvolva, o que se torna um fator importante, visando em uma educação dinâmica, participativa.

Desta maneira, o educador já não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos e em que os “argumentos da autoridade” já não valem. (FREIRE, 2020b, p. 95 - 96)

Paulo Freire, em sua reflexão, fala sobre a educação em um contexto de movimento, que não está estático, é uma relação que está sempre se reinventando. O mundo não é. O mundo está sendo. E o indivíduo, não é apenas objeto da história, mas também seu sujeito igualmente. Isso faz com que a educação seja uma das principais pontes para a realização de mudanças no mundo em seus diversos contextos e existências.

As pautas ambientais vêm crescendo, o cuidado para com a casa comum, precisa ser urgente, investir na formação de nossos alunos voltada para a participação em instâncias decisórias, na escola e na sociedade. Dessa forma, é preciso incluir a educação ambiental no currículo das escolas, atentando-se para a realidade local na qual esses alunos estão inseridos,

sempre trazendo a localidade como ponto de estudo, além de incluir em políticas públicas e nos planos municipais de educação, pois o apoio governamental é de suma importância para o sucesso em ações para uma sustentabilidade ambiental. Assim em coletivo cuidamos da Amazônia um bioma extremamente importante no atual cenário, e do mundo.

Entender que o curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, abre um leque de possibilidades aos seus graduandos, ressaltando a pedagogia como uma importante ciência que está presente em diversos setores da sociedade. Devido a isso, fica explícito que os futuros professores, que estão se preparando profissionalmente para o mercado de trabalho, e aqueles que já atuam, tenham em mente acerca das questões ambientais que a base que sustenta essas ações, pois na busca de construir verdadeiras relações com o meio ambiente, para que isso ocorra, se faz necessário que o aluno compreenda que a aprendizagem é uma construção individual a ser realizada a partir do contato com outros autores, contatando que nessa necessidade de uma busca pessoal contínua de conhecimentos não vem de forma pacífica, e sim conflituosa precisa de desafios próprios nesse processo construtivo do conhecimento.

Isso evidencia que a perspectiva não tradicional adotada pela Educação Ambiental, possibilita diversas reflexões, evidencia várias dificuldades, e propicia múltiplas resoluções, que trazem o olhar pessoal, local, para o global, ocorrendo mudanças no comportamentos e preservando diversos saberes.

## REFERÊNCIAS

AOOD, M. H. de L; ABREU, W. F; DIAS, A.de S. Decolonizar a formação de professores na Amazônia: uma possível agenda de trabalho. In: Waldir Ferreira de Abreu, Damião Bezerra Oliveira (org.) Pedagogias decoloniais, decolonialidade e práticas formativas na Amazônia. Curitiba : CRV, 2021.

AUGUSTO, Cleiclei Albuquerque et al. Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). Rev. Econ. Sociol. Rural 51 (4) • Dez 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032013000400007>. Acesso em: 14 de outubro de 2022.

BECKER, B. K. A Amazônia e a política ambiental brasileira. GEOgraphiu - Ano. 6 - NQ 11 – 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2004.v6i11.a13465>. Acesso em: 23 de outubro de 2022.

BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. ESTUDOS AVANÇADOS 19 (53), 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142005000100005>. Acesso em: 23 de outubro de 2022.

BONNICI, T. Introdução ao estudo das literaturas pós-coloniais. Mimesis, Bauru, v. 19, n. 1, p. 07-23, 1998. Disponível: [https://secure.unisagrado.edu.br/static/biblioteca/mimesis/mimesis\\_v19\\_n1\\_1998\\_art\\_01.pdf](https://secure.unisagrado.edu.br/static/biblioteca/mimesis/mimesis_v19_n1_1998_art_01.pdf). Acesso em: 01 de dezembro de 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwip2cThqfr7AhXhGbkGHSC6BOAQFnoECAkQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww2.senado.leg.br%2Fbdsf%2Fbitstream%2Fhandle%2Ffid%2F518231%2FCF88\\_Livro\\_EC\\_91\\_2016.pdf&usg=AOvVaw2pBzPHJPVvYjWafSPL6Nsz](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwip2cThqfr7AhXhGbkGHSC6BOAQFnoECAkQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww2.senado.leg.br%2Fbdsf%2Fbitstream%2Fhandle%2Ffid%2F518231%2FCF88_Livro_EC_91_2016.pdf&usg=AOvVaw2pBzPHJPVvYjWafSPL6Nsz). Acesso em: 13 de outubro de 2022.

BRASIL. Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002. Regulamenta a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2002. Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwj1xoyqqvr7AhW\\_pZUCHTzwCxIQFnoECBQQAQ&url=http%3A%2F%2Fwww.planalto.gov.br%2Fccivil\\_03%2Fdecreto%2F2002%2Fd4281.htm&usg=AOvVaw3\\_M0i\\_0tnta5vq54pwmtI3R](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwj1xoyqqvr7AhW_pZUCHTzwCxIQFnoECBQQAQ&url=http%3A%2F%2Fwww.planalto.gov.br%2Fccivil_03%2Fdecreto%2F2002%2Fd4281.htm&usg=AOvVaw3_M0i_0tnta5vq54pwmtI3R). Acesso em: 21 de novembro de 2022.

BRASIL. Documento de contribuição brasileira à Conferência Rio+20. Brasília: MMA, nov. 2011. Disponível em: <http://goo.gl/7uyUQd>. Acesso em: 21 de novembro de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 14, de 6 de junho de 2012. Institui as Diretrizes Curriculares para a Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 jun. 2012b. Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwip2cThqfr7AhXhGbkGHSC6BOAQFnoECAkQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww2.senado.leg.br%2Fbdsf%2Fbitstream%2Fhandle%2Ffid%2F518231%2FCF88\\_Livro\\_EC\\_91\\_2016.pdf&usg=AOvVaw2pBzPHJPVvYjWafSPL6Nsz](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwip2cThqfr7AhXhGbkGHSC6BOAQFnoECAkQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww2.senado.leg.br%2Fbdsf%2Fbitstream%2Fhandle%2Ffid%2F518231%2FCF88_Livro_EC_91_2016.pdf&usg=AOvVaw2pBzPHJPVvYjWafSPL6Nsz)

[ed=2ahUKEwivyZmYrPr7AhWZR7gEHaHFAIgQFnoECBQQAQ&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Fdmdocuments%2Frcp002\\_12.pdf&usg=AOvVaw3VmrbgDDp5-Sr63tuqEhT3](https://portal.mec.gov.br/fdmdocuments/2frcp002_12.pdf). Acesso em: 21 de novembro de 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Planejamento estratégico – gestão para resultados 2014-2022. Brasília: MMA, jul. 2014. Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwj6lbf\\_qfr7AhV2q5UCHSR7CSAQFnoECBMQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.gov.br%2Fmma%2Fpt-br%2Ffacesso-a-informacao%2Facoes-e-programas%2Ftecnologia-da-informacao%2FPDTI20192022v40.pdf&usg=AOvVaw3Czy2tQdaex0LY8FMTFULd](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwj6lbf_qfr7AhV2q5UCHSR7CSAQFnoECBMQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.gov.br%2Fmma%2Fpt-br%2Ffacesso-a-informacao%2Facoes-e-programas%2Ftecnologia-da-informacao%2FPDTI20192022v40.pdf&usg=AOvVaw3Czy2tQdaex0LY8FMTFULd). Acesso em: 21 de novembro de 2022.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Plano Plurianual 2016-2019 – Anexo I. Brasília: MP, 2016. Disponível em: <http://goo.gl/47VAZI>. Acesso em: 21 de novembro de 2022.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - Agenda 21. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjexLX\\_pfr7AhWUpZUCHZRmAewQFnoECDEQAQ&url=https%3A%2F%2Fceteb.sp.gov.br%2Fproclima%2Fwp-content%2Fuploads%2Fsites%2F36%2F2013%2F12%2Fagenda\\_21.pdf&usg=AOvVaw0MzYGxJ7jqL7dvLNU80N6](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjexLX_pfr7AhWUpZUCHZRmAewQFnoECDEQAQ&url=https%3A%2F%2Fceteb.sp.gov.br%2Fproclima%2Fwp-content%2Fuploads%2Fsites%2F36%2F2013%2F12%2Fagenda_21.pdf&usg=AOvVaw0MzYGxJ7jqL7dvLNU80N6). Acesso em: 25 de outubro de 2022.

CORONIL, Fernando. Natureza do pós-colonialismo: do eurocentrismo ao globocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLASCO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 50 – 62.

EVARISTO, J. A. Um estudo sobre a educação ambiental proposta no pcn. Londrina, 2010. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwj4-omtpvr7AhX5q5UCHf7iC2MQFnoECA8QAQ&url=http%3A%2F%2Fwww.uel.br%2Fceca%2Fpedagogia%2Fpages%2Farquivos%2F2010%2520JESSICA%2520ANDRADE%2520EVARISTO.pdf&usg=AOvVaw0dTeaGLrMQwgggFvqMvo9C>). Acesso em: 28 de outubro de 2022.

FREIRE, P. Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Editora Moraes, 1980b.

FREIRE, Paulo. Educação como prática de Liberdade. Editora Paz e Terra LTDA. Av. Rio Branco, 156 - 12º andar, s/ 1222 Rio de Janeiro. 1967..

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 66ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020a.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 75. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020b. 256 pp.

LAGO, André Aranha Corrêa do. Conferências de desenvolvimento sustentável / André Aranha Corrêa do Lago. – Brasília : FUNAG, 2013. 202 p. — (Em poucas palavras)

LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica 1 Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003. Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjI4-nFpvr7AhUfrJUCHS-wCtMQFnoECA4QAQ&url=http%3A%2F%2Fdocente.ifrn.edu.br%2Folivianeta%2Fdisciplinas%2Fcopy\\_of\\_historia-i%2Fhistoria-ii%2Fchina-e-india%2Fview&usg=AOvVaw3QcGxMZcs4LIb-WzVbtLrJ](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjI4-nFpvr7AhUfrJUCHS-wCtMQFnoECA4QAQ&url=http%3A%2F%2Fdocente.ifrn.edu.br%2Folivianeta%2Fdisciplinas%2Fcopy_of_historia-i%2Fhistoria-ii%2Fchina-e-india%2Fview&usg=AOvVaw3QcGxMZcs4LIb-WzVbtLrJ). Acesso em : 14 de outubro de 2022.

LAYRARGUES Philippe Pomier. Identidades da educação ambiental brasileira / Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Philippe Pomier Layrargues (coord.). – Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2004. 156 p. Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwic7pPdpvr7AhXiq5UCHVYjCKQQFnoECBQQAQ&url=https%3A%2F%2Fmastr16.blob.core.windows.net%2Fcea%2Fcea%2Fident\\_eabras.pdf&usg=AOvVaw05\\_NvNwzm0\\_IFusUslqZ3t](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwic7pPdpvr7AhXiq5UCHVYjCKQQFnoECBQQAQ&url=https%3A%2F%2Fmastr16.blob.core.windows.net%2Fcea%2Fcea%2Fident_eabras.pdf&usg=AOvVaw05_NvNwzm0_IFusUslqZ3t). Acesso em: 28 de outubro de 2022.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLASCO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005. p. 33 – 49.

P213p PAPA FRANCISCO – Carta Encíclica Laudato Si' do Santo Padre Francisco sobre o cuidado da casa comum. Brasília: Edições CNBB, 2015.

P213p PAPA FRANCISCO/ Exortação Apostólica pós-sinodal do Santo Padre Francisco Querida Amazônia ao povo de Deus e a todas as pessoas de boa vontade. Brasília: Edições CNBB, 2020.

PELACANI, B; MUNIZ, T. S. A; SÁNCHEZ, C. Educação ambiental crítica e estudos de patrimônio crítico: intersecções e virada para pedagogias decoloniais. Revbea, São Paulo, V. 14, No 2: 133-151, 2019. Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjJjpCgp\\_r7AhV8LrkGHeufAyoQFnoECBsQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.researchgate.net%2Fpublication%2F334181867\\_Educacao\\_Ambiental\\_critica\\_e\\_estudos\\_de\\_patrimonio\\_critico\\_intersecoes\\_e\\_virada\\_para\\_pedagogias\\_decoloniais&usg=AOvVaw1jdR\\_xKQOJbBMNBReMOM8K](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjJjpCgp_r7AhV8LrkGHeufAyoQFnoECBsQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.researchgate.net%2Fpublication%2F334181867_Educacao_Ambiental_critica_e_estudos_de_patrimonio_critico_intersecoes_e_virada_para_pedagogias_decoloniais&usg=AOvVaw1jdR_xKQOJbBMNBReMOM8K). Acesso em: 28 de outubro de 2022.

PORTELA JÚNIOR, A. Estudos pós-coloniais e ciências sociais: críticas e alternativas epistemológicas. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 23, n. 45, p. 75–100, 2015. DOI: 10.20396/tematicas.v23i45/46.11102. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/11102>. Acesso em: 1 dez. 2022.

QUIJANO, Aníbal (2007) 'coloniality and modernity/rationality', *Cultural Studies*, 21: 2, 168 — 178

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) Epistemologias do Sul. São Paulo; Editora Cortez. 2009. P. 73 – 117. Disponível em:

[https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwixpdLLp\\_r7AhXPILkGHd5LDpcQFnoECBoQAQ&url=http%3A%2F%2Fprofessor.ufop.br%2Fsites%2Fdefault%2Ffiles%2Ftariana%2Ffiles%2Fepistemologias\\_do\\_sul\\_boaventura.pdf&usg=AOvVaw0KoG14fWQPkUWaxEByp35W](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwixpdLLp_r7AhXPILkGHd5LDpcQFnoECBoQAQ&url=http%3A%2F%2Fprofessor.ufop.br%2Fsites%2Fdefault%2Ffiles%2Ftariana%2Ffiles%2Fepistemologias_do_sul_boaventura.pdf&usg=AOvVaw0KoG14fWQPkUWaxEByp35W). Acesso em: 25 de outubro de 2022.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática / Boaventura de Sousa Santos . – 4. ed. – São Paulo : Cortez, 2002.

SATO, M.; PASSOS, L. A. NOTAS DESAFINADAS AS DESAFINADAS DO PODER E DO SABER: PODER E DO SABER: PODER E DO SABER: qual a rima necessária à qual a rima necessária à educação ambiental? Contrapontos - volume 3 - n. 1 - p. 9-26 - Itajaí, jan./abr. 2003. Disponível em:

[https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjcs\\_4p\\_r7AhVqIbkGHU9bCtkQFnoECBUQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.academia.edu%2F54598851%2FNotas\\_desafinadas\\_do\\_saber\\_e\\_do\\_poder\\_qual\\_a\\_rima\\_necess%25C3%25A1ria\\_%25C3%25A0\\_Educa%25C3%25A7%25C3%25A3o\\_Ambiental&usg=AOvVaw2xILnj8uXsyDgnOOu5mXNf](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjcs_4p_r7AhVqIbkGHU9bCtkQFnoECBUQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.academia.edu%2F54598851%2FNotas_desafinadas_do_saber_e_do_poder_qual_a_rima_necess%25C3%25A1ria_%25C3%25A0_Educa%25C3%25A7%25C3%25A3o_Ambiental&usg=AOvVaw2xILnj8uXsyDgnOOu5mXNf). Acesso em: 20 de outubro de 2022.

SEARA FILHO, G. Apontamentos de introdução à educação ambiental. Revista Ambiental, ano 1, v. 1, p. 40-44, 1987. Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwj0h7meqPr7AhWsIrkGHcYFAzqQFnoECAwQAQ&url=https%3A%2F%2Frevista.cetesb.sp.gov.br%2Frevista%2Farticle%2Fview%2F16&usg=AOvVaw3xzEL8DcdSN2JZo1A\\_Pcx-](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwj0h7meqPr7AhWsIrkGHcYFAzqQFnoECAwQAQ&url=https%3A%2F%2Frevista.cetesb.sp.gov.br%2Frevista%2Farticle%2Fview%2F16&usg=AOvVaw3xzEL8DcdSN2JZo1A_Pcx-). Acesso em: 24 de outubro de 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim, 1941 – Metodologia do trabalho científico / Antônio Joaquim Severino. – 23. ed. rev. e atual. – São Paulo : Cortez, 2007.

SOARES, B. E. C.; NAVARRO, M.A.; FERREIRA, A. P. (2004). “Desenvolvimento sustentado e consciência ambiental: natureza, sociedade e racionalidade”. Ciências & Cognição, v. 2, p. 42-49. Disponível em: <http://www.cienciasecognicao.org/>. Acesso em: 19 de outubro de 2022.

TREIN, E. A perspectiva crítica e emancipatória da Educação Ambiental. In: BRASIL. Ministério da Educação. Educação Ambiental no Brasil, ano XVIII, Boletim 1, Rio de Janeiro, março de 2008. Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjIwtrKqPr7AhWAJrkGHeJxAE4QFnoECA8QAQ&url=http%3A%2F%2Fforum.meja.org.br%2Fsites%2Fforum.meja.org.br%2Ffiles%2FEduca%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520Ambiental%2520no%2520Brasil%2520\(texto%2520basico\).pdf&usg=AOvVaw0uJXzEu-E9cXFlkhnA7q9q](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjIwtrKqPr7AhWAJrkGHeJxAE4QFnoECA8QAQ&url=http%3A%2F%2Fforum.meja.org.br%2Fsites%2Fforum.meja.org.br%2Ffiles%2FEduca%25C3%25A7%25C3%25A3o%2520Ambiental%2520no%2520Brasil%2520(texto%2520basico).pdf&usg=AOvVaw0uJXzEu-E9cXFlkhnA7q9q). Acesso em: 27 de outubro de 2022

TRISTÃO, M. (2005). Tecendo os fios da educação ambiental: o subjetivo e o coletivo, o pensado e o vivido. Educação E Pesquisa, 31(2), 251-264. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000200008>. Acesso em: 14 de outubro de 2022.

TRISTÃO, M. Educação Ambiental e a descolonização do pensamento. **REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, [S. l.], p. 28–49, 2016. DOI: 10.14295/remea.v0i0.5958. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/5958>. Acesso em: 14 dez. 2022.

TRISTÃO, Martha. Os contextos da educação ambiental no cotidiano: racionalidades da/na escola. 27ª Reunião Anual da Anped. 2004. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjgs7KDqfr7AhW1HLkGHcttAE4QFnoECBEQAO&url=https%3A%2F%2Fwww.anped.org.br%2Fbiblioteca%2Fitem%2Fos-contextos-da-educacao-ambiental-no-cotidiano-racionalidades-dana-escola&usg=AOvVaw3qiMJ6rSnmnmHwpgEime1d>. Acesso em: 13 de outubro de 2022.